

# Vence a negociação

O Palácio do Planalto tem motivos de sobra para festejar o resultado da eleição dos líderes partidários na Câmara. Não que os personagens eleitos sejam necessariamente adesistas. Não são. O que prevaleceu, no fim das contas, foi a tendência, já em curso, ao diálogo. E o que não falta é assunto que exija solução negociada com o Congresso. A Constituição semiparlamentarista em vigor condena Executivo e Legislativo a serem parceiros da crise, queiram ou não. As soluções serão necessariamente negociadas. Ou simplesmente inexistirão.

O deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB, o maior de todos os partidos, é um interlocutor já testado em embates anteriores. Não é um político dócil ou submisso, mas também não cultiva a intransigência ou o sectarismo. Prega e pratica a oposição de resultados. O Governo o preferia não por tê-lo cooptado, mas por já conhecê-lo e por já estar previamente acertada com ele, em linhas gerais, a pauta de votações para o primeiro semestre. Antes de assumir o Ministério da Ação Social, Fiuza e Genebaldo trataram desse assunto.

Daí o receio da vitória de Odacir Klein. Com ele, tudo teria que recomeçar do zero, e em bases desconhecidas para o Governo. O resultado estreito da vitória de Genebaldo não exprime propriamente uma divisão na bancada, como alguns chegaram a sugerir. O deputado César Maia, quanto a isso, parece estar certo, quando diz que muitos parlamentares, certos da vitória de Genebaldo, votaram em seu oponente apenas para expressar algum grau de descontentamento. E esse descontentamento seria decorrente de algo de certo modo inevitável em um partido grande: o sentimento

de exclusão de alguns, na divisão de cargos e tarefas, missão que cabe ao líder.

Outra vitória expressiva, digna de comemorações governistas, foi a derrota do deputado Gastone Righi, no PTB, e o empate que impediu a recondução do deputado Victor Faccioni à liderança do PDS. Ambos eram os mentores do Bloco Independente, o **bloquinho** — a união do PDS, PL, PDC e PTB —, cuja simples hipótese já atormentava o Governo. O **bloquinho** se afigurava como um bolsão fisiológico reivindicante, que, unido à oposição mais sistemática, dificultaria enormemente a vida do Governo. Abortá-lo no nascedouro foi uma vitória política de Collor. Não se sabe, ainda, qual a consistência dessa vitória, mas o primeiro round está ganho. Há outros — e decisivos. Cada vez mais, é no palco iluminado do Congresso que a crise se discute e se resolve.

O semestre que se inicia tratará de matérias de fundamental importância para o governo, como reformas na Previdência Social, mudanças no sistema tributário e as controvertidas propostas do **Emendão** (fim do monopólio estatal nas áreas de telefonia e petróleo, fim da aposentadoria por tempo de serviço, abertura da economia ao capital externo, etc). Está em pauta também a antecipação, para 21 de abril de 1993, o plebiscito sobre forma e sistema de Governo, nos termos propostos pela Emenda José Serra. A antecipação, por sua vez, coloca em pauta temas de grande apelo popular. Tudo isso tendo como pano de fundo as eleições municipais, preâmbulo decisivo para a sucessão presidencial de 1994.

Com o atual corpo de líderes, o Congresso parece ter afastado a via do confronto e optado pela via da negociação. Aguardemos.